



às nossas comunidades, possibilitando que ele seja reafirmado, revivido, celebrado como um evento eclesial que configura, ainda hoje, a consciência da Igreja em sua natureza e missão. Buscamos recuperar os testemunhos dos que fizeram e viveram o Concílio como um verdadeiro evento eclesial. Eles nos impelem a propor sempre de novo a recepção dos seus ensinamentos. Por isso, reconsideraremos aqui a pertinência de alguns de seus documentos: as Constituições dogmáticas *Lumen Gentium* e *Sacrosanctum Concilium*; o *Decreto Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo; o *Decreto Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social<sup>1</sup>. Apresentamos ainda alguns outros trabalhos, artigos e recensões, que mesmo se não tratam diretamente dos documentos conciliares, encontram-se no horizonte das orientações do Concílio.

Com isso, o que se busca é ajudar a manter o ar renovador da Igreja. Quer-se afirmar que a Igreja do Concílio é possível e que se realiza no espírito da comunhão no interior de todo o povo de Deus. É preciso crer na Igreja que não tem medo de retomar o diálogo, de olhar para fora de si mesma e de compreender que vive para os outros, no mundo, como o fez seu Fundador. E aos que insistem em «voltar para dentro», dos nossos artigos brota, esperançosamente, uma súplica: por favor, deixem, ao menos, a janela aberta!

E.W.

<sup>1</sup> O presente número da *Encontros Teológicos* estava programado para reapresentar todos os 16 documentos conciliares. Por questão de espaço, tratamos desses, por ora, esperando considerar os demais nos próximos números.



## «Como vi e vivi o Concílio e o pós-Concílio»

*Agenor Brighenti (org.)*

Este é o título de um livro que recolhe o testemunho de 'Padres conciliares' da América Latina, organizado por Dom Marcos McGrath, arcebispo emérito do Panamá, recentemente falecido<sup>1</sup>. O rico material foi recolhido por um grupo de teólogos<sup>2</sup> que, por alguns anos, trabalhou junto a ele num projeto amplo de pesquisa sobre a recepção do Vaticano II na América Latina<sup>3</sup>. Coube a mim, entre 1997 e 1998, colher as reflexões e análises de 'padres conciliares' do Brasil, a partir de um

<sup>1</sup> Cf. Mons. Marcos G. McGRATH (org.), *Cómo vi y viví el Concilio y el Postconcilio. El testimonio de los Padres Conciliares de América Latina*, Ed. Paulinas/CELAM, Bogotá 2000.

<sup>2</sup> O grupo era integrado por Miguel Angel Keller e Pablo Varela, ambos do Panamá; Jesús Delgado, de Salvador; e Agenor Brighenti, do Brasil.

<sup>3</sup> O projeto contemplava cinco áreas, mas seu falecimento interrompeu os trabalhos após a conclusão da primeira: Área 1 - Recolección de testimonios de padres conciliares latinoamericanos (Mons. Marcos MacGrath); Área 2 - La recepción del "espíritu" del Concilio en la reflexión teológico-pastoral latinoamericana (P. Jesús Delgado); Área 3 - La recepción del Concilio en la acción pastoral de la Iglesia en el continente (P. Angel Keller, o.s.a.); Área 4 - La recepción del Concilio en la organización pastoral de la Iglesia en el continente (P. Agenor Brighenti); Área 5 - El impacto del Concilio en la sociedad civil (P. Pablo Varela).



questionário composto por seis perguntas<sup>4</sup>. Dentre os bispos contactados, responderam ao questionário 21 bispos de 10 países da América Latina, dentre os quais sete brasileiros: Dom Antônio Fragoso (Crateús), Dom Augusto Petró (Uruguaiana), Dom Benedito Vito Cósia (Jataí), Dom Cândido Padim (Bauru), Com Clemente Isnard (Nova Friburgo), Dom Hélder Câmara (Olinda-Recife) e Dom Ivo Lorscheiter (Santa Maria). Os textos nunca foram publicados na íntegra. Na Parte II do livro citado, apenas se extraíram elementos de resposta que compuseram cinco capítulos: 1. Como vi e vivi o evento do Concílio, 2. A recepção do Concílio na Igreja local, 3. O significado do Concílio para a América Latina, 4. A recepção do Concílio em Medellín, Puebla e Santo Domingo, 5. Tarefas pendentes do Concílio para a Igreja latino-americana.

Dada a importância do tema e a qualidade dos depoimentos, reproduzimos a seguir, na íntegra, os textos de alguns de nossos 'padres conciliares brasileiros'.

<sup>4</sup> As questões dirigidas aos bispos foram as seguintes: 1ª. Cómo reaccionó usted frente a las grandes verdades discutidas dentro del aula conciliar, o en las comisiones y/o en los círculos menores y en los medios de comunicación y su proyección para el futuro? Sintió usted en el Concilio confianza y alegría por estas nuevas posturas? Qué expectativas despertó el Concilio de cara al futuro? 2ª. Cómo fueron recibiendo estas líneas doctrinales y pastorales del Vaticano II en su Iglesia local? Hicieron mucha (o poca) mella en este contexto los grupos y voces negativas en torno al Concilio? O más bien predominó la aceptación y el optimismo conciliar? 3ª. Como fue recibiendo en América Latina el Concilio durante los años conciliares e inmediatamente después? Díganos alguna experiencia al respecto. 4ª. Qué ha significado hasta ahora y qué puede significar para nuestra Iglesia Latinoamericana el Concilio Vaticano II? Cree usted que el esfuerzo conciliar se ha cansado en nuestro Continente; o piensa que seguirá adelante? 5ª. Las Conferencias Generales del Episcopado latinoamericano (Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992), han ayudado e incrementado la recepción del Concilio en América Latina? Echando una mirada retrospectiva, cuáles considera usted que fueron los aportes del Concilio mismo y de las susodichas Conferencias Generales mencionadas, para nuestra Iglesia latinoamericana? 6ª. Qué aspectos o líneas conciliares consideran ustedes que son "tareas pendientes" para la Iglesia latinoamericana?



## Dom Antônio Batista Fragoso

### 1. Minha participação no evento do Concílio

Na 1ª e 2ª sessões do Vaticano II, eu era Bispo Auxiliar de D. José de Medeiros Delegado, Arcebispo de São Luis do Maranhão. Minha participação estava pendente do consentimento do Arcebispo. Ele me ofereceu, generosamente, a oportunidade de ser Padre Conciliar.

Na 3ª e 4ª sessões do Vaticano II, eu era já Bispo Diocesano de Crateús, no Ceará. Dou graças a Deus pelo Dom de ter sido membro do Concílio, nas quatro sessões, a tempo completo.

Os documentos (Esquemas) preparatórios chegaram às minhas mãos em latim, como texto sigiloso. A leitura me deixou a impressão de que não se objetivava a busca de uma renovação eclesial de raiz, pelo menos na visão teológica. Eu nunca havia convivido com os meus irmão bispos dos 4 continentes. E pouco havia acompanhado as escolas teológicas européias.

Tendo sido, durante 10 anos, Assistente Eclesiástico da Juventude Operária Católica do Nordeste brasileiro (em mais de 30 Arquidioceses e dioceses), Deus deu-me a graça de ir elaborando, com Assistentes e Jocistas, uma Teologia Pastoral, renovadora na metodologia (Ver, Julgar e Agir), na Eclesiologia, na Ministerialidade dos Leigos, no exercício do Ministério Presbiteral, na Liturgia, na Espiritualidade. A participação na JOC abriu-me caminho para acolher as propostas doutrinárias e pastorais do Vaticano II.

Os Bispos Brasileiros, 140 ao todo, estávamos hospedados na "Domus Mariae". E tivemos a iniciativa de convidar 72 teólogos e pastoralistas para debater conosco os grandes temas conciliares. Horizontes novos se abriram.

Durante as quatro sessões, não pertenci a nenhuma Comissão Conciliar. Não fiz nenhuma intervenção, na "aula". Mas participei atentamente de tudo.

E, durante as quatro sessões, tive a ventura de participar, "nos bastidores do Concílio", das reuniões do Colégio Belga, às tardes. Destas reuniões participavam, entre outros, Monsenhor Himmer, bispo de Tournai, sua Beatitude Máximo IV, o Cardeal Lercaro, D. Helder Câmara. Aprofundávamos a Teologia e as conseqüências pastorais e sociais da identidade entre Cristo e os Famintos, os Sedentos, os Nus, os Peregrinos, os Encarcerados. Pe. Paul Gauthier e Marie-Thérèse Lezcases nos secretariavam.

Lembro-me de que encerramos estas reuniões, com uma Eucaristia nas Catacumbas. Nela, tomamos uma decisão de priorizar os Pobres em nossa vida e em nossa pastoral. E centenas de Padres Conciliares assinaram esse



vivas e libertadoras despertou *inquietação*.

Na sociedade, sobretudo político-militar, a inquietação provocou a elaboração e a aplicação sistemática da “Doutrina de Segurança Nacional”.

Dentro da Igreja, a inquietação levou a posições divergentes: suspeitas, advertências e até condenações, de um lado; militância às vezes agressiva do outro lado.

Acredito que tudo isto se expressou nas Conferências do Episcopado em Puebla (1979) e em Santo Domingo (1992). Nessas Conferências, as grandes linhas do Concílio foram re-assumidas, mas houve tendência a freiar a “latino-americanização do Concílio”, que Medellín havia proposto.

Medellín teve muito significado para a Igreja local de CRATEÚS. Mas sofremos com as resistências “oficiais” e com o que, ao nosso ver, parece ser um retorno ao “centralismo autoritário”.

#### 4. O significado do Concílio para a Igreja na América Latina

A meu ver, o Concílio Vaticano II significou, para a Igreja latino-americana:

- Um abalo radical em nossas seguranças doutrinárias e pastorais pré-conciliares;
- Um chamado a recriar um novo rosto de Igreja Latino-Americana (“inculturada”?) a partir do Vaticano II, “latino-americanizado” por Medellín;
- Uma tensão interna, de graves conseqüências, quando se tentou uma interpretação do Vaticano II que colocou suspeitas sobre a “fidelidade” conciliar de Medellín;
- Uma nostalgia dos tempos criativos e ardentes do imediato pós-concílio;
- Um sofrimento, para muitas Igrejas que buscam viver a renovação conciliar sinceramente e se vêem vigiadas, desaprovadas, reprimidas;
- Um certo desencanto diante do que aparece como a *queda da utopia conciliar*.

Vejo dois pendores, na Igreja do Continente:

- Ou “restaurar” um estilo europeu de ser Igreja, quase como uma recuperação de uma “neo-cristandade”;



- Ou reassumindo, na Fé e na forte Esperança, o melhor do Evangelho, da grande Tradição da Igreja, do Vaticano II, de Medellín e de Puebla e Santo Domingo, de muitas experiências de Igrejas locais que testemunharam até o “martírio”, optar, na Teoria e na Prática, por uma *Nova Evangelização Inculturada* e, por isto mesmo, *plural*, aberta para acolher o “novo” sem medo, lembrada de que o Espírito recria o rosto da Terra e da Igreja dentro da história, com liberdade, de asas soltas.

Acredito que ainda é tempo de *convocar* todas as Igrejas locais da América Latina e, a seu serviço, as instâncias da coordenação orgânica, para esta nova arrancada após o *Jubileu do Ano 2.000*, preparados pelo planejamento usado do Triênio de 1997 a 1999.

#### 5. Contribuição do Concílio às Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano

As conferências Gerais do Episcopado Latino-americano trouxeram uma *contribuição* forte para a Igreja latino-americana.

Mas relembro o que, a meu ver, empobrece essa contribuição:

- 1º) As Conferências, sobretudo de Puebla e de Santo Domingo, não foram, na realidade, *concebidas, gestadas e dadas à luz* pelas Igrejas da América Latina, na comunhão profunda da *Parteira* indispensável, a Cúria Romana.
- 2º) Na elaboração do Regimento decisivo, na composição dos Membros da Conferência Geral, no conteúdo dos Temas básicos e “Ponências”, na “aprovação” transferida para Roma com introdução de modificações – em tudo isso as Igrejas latino-americanas foram limitadas no exercício de sua legítima autonomia.

#### Unidade e Comunhão profunda, Sim. Certo Controle da Autonomia Legítima, Não.

- 3º) O desestímulo às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), à Teologia da Libertação, à legítima autonomia da CLAR, à Coleção “Palavra e Vida” e à Leitura Popular da Bíblia, etc.

Penso que a contribuição maior do Concílio foi assumida e “latino-americanizada” em Medellín. É necessário, pois, reassumir **Medellín**, não como um ponto de chegada, mas como um forte impulso para a *renovação eclesial inculturada*.



## Dom Benedito Domingos Vito Cósia

### 1. Minha reação na aula conciliar

As minhas reações, recordadas após mais de 35 anos desde o início do Concílio e suas quatro sessões, estão até hoje bem vivas na minha memória. Boa parte do material apresentado, isto é, quando revisado nas Congregações Gerais, suscitou em mim entusiasmadas aspirações que podem ser resumidas nas seguintes frases: “É isto que eu quero para o povo a mim confiado! É isto que será o programa do meu ministério episcopal!”. Confiei plenamente na declaração do Santo Padre João XXIII, na abertura da Primeira Sessão, que teríamos um Concílio pastoral. Os 13 anos de ministério no interior do Brasil tinham-me convencido de que só assim haveria futuro para a Igreja. No Brasil a CNBB havia lançado, a pedido de João XXIII o “Plano de Emergência” poucos meses antes do Concílio. Senti, então no Concílio, esperança e alegria baseada nestas experiências das premissas do meu sacerdócio como missionário franciscano, norte-americano, no coração do Brasil e como Bispo.

No próprio Concílio, o que mais “deu corpo” a estas reações foram, sem dúvida, as reuniões que tivemos diariamente, nós Bispos do Brasil, cada tarde, na “Domus Mariae”. Ali, os contatos intensivos entre meus irmãos Bispos e, de modo especial, com os da minha Província Eclesiástica de Goiânia, providenciaram sadias discussões, estudo e planejamento, que até hoje estão dando frutos. Dou como exemplo, a grande rede de Centros de Treinamentos para os Leigos em toda a região. Nosso Episcopado goiano foi pioneiro no Brasil desses centros que planejamos em Roma como a nossa resposta aos desafios do Concílio. Toda a nossa região, o Centro-Oeste do Brasil, devido à implantação naqueles anos da nova cidade de Brasília, estava entrando numa época de grande desenvolvimento. E nós reconhecemos claramente que a experiência conciliar estava nos fornecendo oportunidades e novos impulsos do Espírito para enfrentarmos, urgentemente, as mudanças previstas. Já se passaram muitos anos e hoje, ainda como Bispo Diocesano, estou vendo que a Divina Providência não nos falhou no Concílio Vaticano II!

Fiz muitos contatos, eu e meus irmãos de Goiás, com Bispos de outras nações, contatos que têm repercussões até hoje, por exemplo, aquele com o Bispo espanhol, fundador dos Cursilhos de Cristandade, em vista à formação de leigos qualificados. O Cursilho foi e é até hoje a mais eficaz metodologia formadora de apóstolos leigos que surgiu. No campo material, para angariar fundos, foi redigido um opúsculo em inglês, francês e português, impresso em Roma durante a 3ª Sessão com o título “MIDWEST BRASIL”, com a assinatura de dez bispos, sete dos quais já falecidos. No prefácio, informava-se que o



Estado de Goiás, com 247, 915 milhas quadradas e com uma população de quase dois milhões de habitantes, preocupava os Bispos goianos não só quanto ao desenvolvimento espiritual e religioso do povo mas também quanto a seu desenvolvimento econômico e social. Hoje a mesma área é composta de dois Estados (Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal) e quase oito milhões de habitantes. A ajuda suscitada foi investida, entre outros, em centros de treinamento e emissoras de rádio.

Um contato pessoal meu, durante a terceira Sessão, particularmente significativa para poder realizar o Vaticano II na Diocese de Jataí, foi o que tive no “Bar Jonas” com o Bispo de Rockville Center, USA, Dom Walter Kellenberger. Enquanto tomávamos café e fumávamos nossos cachimbós, eu lhe perguntei: “Que acha da intervenção do Pe. Arrupe?” Pe. Arrupe tinha falado aquela manhã sobre as necessidades reais das “Missões” e sobre o fato de que estavam sendo enviados, como ajuda às Missões, pacotes de “broken pencils and old clothes” (se a minha memória estiver certa!) quando o que realmente se precisava era muito mais para a formação dos leigos e do clero. O venerável Bispo me replicou que ele “ajudava os que o ajudavam”. Perplexo, e não sem um pouco de ansiedade, pois toda a minha vida sacerdotal até lá havia transcorrido no interior do Brasil, mesmo assim respondi: “Pois eu estou disposto a ajudá-lo!” E assim começaram quase trinta anos de ajuda na celebração do Sacramento da Crisma, cada primavera, em Long Island! Com aquelas experiências, amizades e recursos financeiros, foi possível expandir a emissora de Rádio, construir o primeiro Centro de Treinamento, financiar cursos para leigos, implantar a Escola Diaconal (Diáconos Permanentes), pagar contas dos seminaristas maiores e edificar centros comunitários menores nos bairros e muito mais!

### 2. A chegada do Concílio em minha Diocese

Quanto à recepção das linhas doutrinárias e pastorais do Vaticano II, não ser entre o pequeno grupo de sacerdotes e religiosas, quase todos do EE.UU, Irlanda e Espanha, na Diocese de Jataí houve pouca reação. Não por falta de interesse, mas quanto aos leigos quase só completa indiferença. A diocese, já prelazia desde 1929, erigida como diocese em 1957, no início da minha gestão (fins de 1961) contava com apenas dois padres religiosos e três paróquias! Eu era o 2º Bispo Diocesano. Com os religiosos e religiosas vindos do exterior já durante o Concílio, graças ao grande impulso de João XXIII, foi possível montar com eles, todos entusiasmados também com os esboços de *Lumen Gentium*, o texto de *Sacrossanctum Concilium* etc., um programa de treinamento de leigos, novas normas para a recepção dos Sacramentos etc, através de duas assembleias pastorais anualmente, a começar em 1966. (Em março de 1998 celebraremos a 61ª, que é, ao mesmo tempo, sinodal, mais uma vez sobre o tema “Igreja



Particular”). O povo, apreendendo os ensinamentos do Concílio, então os recebe com gratidão. Hoje temos 27 paróquias e nosso clero diocesano é nascido, em sua maior parte, nos confins da Diocese.

Penso que a experiência da Diocese de Jataí durante os anos do Concílio foi a mesma na maior parte do Brasil. Pois não havia, fora das dioceses antigas dos grandes centros, qualquer forma de comunidades de Igreja como temos hoje. Uma experiência a respeito: apesar de termos à disposição uma emissora de rádio diocesana na qual se davam notícias do Concílio e do Bispo Diocesano, cada vez que eu voltava de Roma, havia muita gente amiga que me perguntava: “O Senhor gostou de suas férias nos EE.UU.?” (*Sic transit gloria mundi!*) Poucas pessoas se haviam dado conta, apesar dos esforços dos responsáveis da emissora, da existência do Vaticano II!

### 3. O significado do Concílio para a Igreja na América Latina

A significação até agora do Concílio na América Latina? Embora muito tenha sido feito, há muito mais a fazer quanto à “evangelização conciliar” do povo latino-americano. O Concílio Vaticano II salvou a Igreja na América Latina! Mas devido às novas realidades do hoje, há perigos mais graves do que nos anos sessenta. Por falta de recursos adequados – humanos e materiais – nestes trinta e tantos anos depois do Concílio ainda não foi possível implantar tudo o que o Concílio Vaticano II nos legou. Não penso que o esforço conciliar tenha diminuído. São agora os cristãos que se revelam mais pagãos e mais indiferentes e mais fechados à evangelização...

Jataí – 05/01 1998



## Dom Cândido Padim

### Minha participação no Concílio Vaticano II

Recordar a participação no grande acontecimento histórico do Concílio Vaticano II significa para mim reviver a memória do início da missão episcopal que recebi, sem mérito algum, da bondade de Cristo por intermédio do sucessor do apóstolo Pedro, o Papa João XXIII. Recebi a ordenação episcopal no dia 5 de agosto de 1962, na basílica do meu Mosteiro de São Bento, em São Paulo, das mãos do saudoso Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, do qual havia sido nomeado Auxiliar. Na realidade, porém, minha nomeação se destinava a assumir a função de Assistente Nacional da Ação Católica Brasileira, sucedendo honrosamente ao querido Arcebispo D. Helder Câmara. Faltavam apenas dois meses para a abertura do Concílio. Infelizmente, em virtude de certos acontecimentos que envolviam as atividades da Juventude Universitária Católica no plano nacional, senti-me constrangido a garantir minha presença no Rio de Janeiro deixando de participar da primeira sessão do Concílio naquele ano. Participei, porém, plenamente das sessões seguintes, de 63 a 65.

Minha experiência nas atividades da Ação Católica, iniciada em 1935, ainda como leigo universitário, constitui a base da vocação apostólica assumida na juventude. Dessa experiência na A.C. é que brotou mais tarde a definição para a vocação monástica e sacerdotal. Foi decisiva, portanto, para minha vida religiosa, a metodologia da Igreja na instauração do Reino de Deus na sociedade, como era apresentada pela A.C.

Assim, foi com grande alegria e entusiasmo que senti o encaminhamento das reflexões e decisões conciliares na mesma direção do pensamento e da formação que recebera na A.C. Ao mesmo tempo, via com satisfação a presença destacada e fecunda de teólogos que ofereceram notável contribuição ao Concílio, mas que haviam sido colocados anteriormente sob infundadas suspeitas. Pode-se dizer, portanto, que o início e o desenvolvimento das atividades da A.C., constituíram uma antecipação e estímulo para a vida interna da Igreja, conduzida misteriosamente pela ação do Espírito Santo.

Certamente outros movimentos e organizações na Igreja contribuíram também para essa preparação de um verdadeiro clima de renovação que predominou nas decisões dos Padres conciliares. Tais foram, por exemplo, o movimento bíblico e o movimento litúrgico, que já estavam restituindo aos fiéis o interesse e o gosto pelo contato direto com os textos bíblicos e pela vivência de uma liturgia consciente e participada.



Todos esses fatores fizeram-se presentes nos documentos elaborados e aprovados pelos Bispos. Vale a pena ressaltar a Constituição *Gaudium et Spes*, por ser o único documento conciliar que tem como estrutura de composição o método da Ação Católica: Ver – Julgar – Agir. Não só sua estrutura como sua linguagem revelam um novo estilo de tratamento da missão da Igreja, entranhada no coração do mundo moderno. Veio trazer, assim, novo alento à atuação dos militantes da A.C., que mantinha como diretriz fundamental a penetração do espírito evangélico em cada meio social pelos elementos do próprio meio.

Foi importante também o impulso dado pelo Concílio às atividades no campo do ecumenismo, como forma de praticar o preceito dado por Jesus Cristo de buscar a conservação da unidade entre os seus discípulos. Nesse sentido, tive a grata satisfação de conviver com representantes de outras Igrejas cristãs que aceitaram o convite de João XXIII e Paulo VI para participarem como observadores das reuniões do Concílio recebendo os mesmos textos que recebíamos. Fiquei muito tocado pelo testemunho de fraternidade dado pelos Irmãos do Mosteiro de Taizé, que tive o prazer de visitar a convite do Prior Frère Schutz.

Não se deve deixar de assinalar as duas grandes vertentes das orientações conciliares. Por um lado, a afirmação da inteira independência da missão da Igreja frente aos poderes temporais, retificando o mau exemplo dado em séculos anteriores de uma vinculação com os interesses do poder secular. Por outro lado, coerente com essa afirmação, a caracterização da missão da Igreja dando atenção preferencial às necessidades e aspirações dos mais pobres e marginalizados na sociedade.

Posso afirmar, em conclusão, que minha participação no Concílio significou a vivência de um verdadeiro retiro, não só para a consolidação da espiritualidade mas também para ajustar meu espírito monástico à nova preocupação de enfrentar com os leigos os duros desafios para uma penetração do Evangelho numa sociedade dominada pela secularização e pela perda dos valores espirituais. O concílio levou-nos a um retorno às fontes do cristianismo restaurando a preocupação pelo vigor das primitivas comunidades cristãs, nas quais todos tinham “um só coração e uma só alma”. Essa restauração é a esperança que devemos manter para renovar a evangelização nas proximidades do novo milênio.

São Paulo, 29/04/97



## Dom Clemente José Carlos Isnard

### Reminiscência do Vaticano II

Fui nomeado bispo em 23 de Abril de 1960 e ordenado em 25 de julho do mesmo ano. A essa altura, o Concílio já estava convocado pelo Papa João XXIII e haviam sido iniciados os trabalhos preparatórios, nos quais não tomei parte.

Surpreendeu-me, então, uma conversa com o Núncio Apostólico no Brasil, Armando Lombardi, em que me disse que um objetivo do Concílio era “reformular a Igreja”. Pensei: será que a Igreja precisa de reforma? No fundo eu achava que não.

Recebi em 1962 o volume enviado aos Bispos contendo os esquemas que seriam a matéria tratada no Concílio. Li com atenção, e o de que mais gostei foi o de liturgia. Com efeito, eu, como leigo de Ação Católica, havia tomado parte nos inícios do Movimento Litúrgico trazido da Alemanha para o Brasil pelo monge beneditino Dom Martinho Michler.

No dia 10 de outubro de 1962 cheguei a Roma, e no dia 11 participei da abertura. Impressionou-me e entusiasmou-me a entrada solene na Basílica de São Pedro daquela multidão de Bispos paramentados e do Papa João XXIII na sédia gestatória. Mais tarde ouvi de Dom Helder Câmara uma reflexão curiosa sobre esta entrada; dizia ele: “Constantino (representado a cavalo no pórtico da Basílica) estava cavalgando para cá e para lá...”. Aos poucos fui compreendendo o significado destas palavras.

O célebre discurso de abertura de João XXIII me impressionou, mas no dia não compreendi todo seu alcance. Embora desejando a união dos cristãos, no fundo eu aspirava por decisões claras em tudo que fosse matéria de fé. Na época, o Denziger era meu companheiro inseparável.

Por causa do Movimento Litúrgico e de seus postulados, eu me identificava com o esquema de Liturgia, e algo me fazia confiar mais nos Bispos norte-europeus do que nos italianos, espanhóis e latino-americanos. Por isso, no dia da eleição das Comissões, que foi decisivo para a marcha do Concílio, não conhecendo os bispos, só votei em Bispos norte-europeus. Pode ser que me tenha enganado com algum deles, mas que consolação em ter dado meu voto a um De Smedt, que se destacou nos momentos difíceis das deliberações conciliares!

Os Bispos brasileiros estavam quase todos juntos na “Domus Mariae”, e isso facilitava os contatos e as discussões. Havia freqüentemente reuniões à



tarde (deixadas livres pelo Concílio) e isso favoreceu muito a aglutinação da Conferência Episcopal. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) adquiriu sua feição definitiva em Roma, durante o Concílio e por obra do Concílio. Embora já existisse antes, a verdadeira CNBB é um fruto do Concílio.

No primeiro período destacou-se a figura do Patriarca Máximos IV, um dos maiores personagens do Concílio. Falava sempre em francês, recusando-se a obedecer à norma regimental que tornava obrigatório o uso do latim. Como se tratava de um Patriarca Oriental da Igreja Melquita, o Secretário Geral, Felici, parece que não ousava impor o Regimento. Outros Bispos Melquitas, como Edelby, também, no início, seguindo o exemplo do Patriarca, falaram em francês; mas no final tiveram de se conformar ao Latim. O Patriarca não.

Lembro-me do dia em que, retumbantemente, fez ecoar sua voz na Basílica de São Pedro afirmando: "le latin est mort, l' Église est vivante!" Tratava-se do uso da língua vulgar na liturgia. Este pronunciamento me fez estremecer e, certamente, escandalizou não poucos Cardeais italianos como Bacci, Ottaviani e Staffa. E o velho Patriarca de barbas brancas complementou: "Não passou pela cabeça de nenhum Apóstolo celebrar a liturgia numa língua que não fosse entendida pelos fiéis presentes". Máximos IV foi um dos oradores mais brilhantes do Concílio, com De Smedt. Outros brilharam pela profundidade teológica ou pela coragem das proposições, mas não igualaram o vigor de sua oratória.

Máximos IV a princípio me chocava, mas depois eu aderiu a seu pensamento. Assim, quando disse que "ninguém ia para o inferno por ter faltado uma Missa no Domingo ou por ter comido um "beef" na sexta-feira" eu estremeci, pois isso contrariava a formação que tinha recebido desde a infância. Mais tarde, apresentei em Roma a uma Plenária das Congregações para o Culto Divino e para o Clero um parecer em que defendia o pensamento segundo o qual os mandamentos da Igreja não deviam ser impostos sob pena de pecado mortal, pois a Igreja é mãe, e só uma mãe desnaturada teria coragem de mandar algo a um filho sob pena de morte. Muitos anos depois do Concílio eu estava aplicando o que havia aprendido com o Patriarca. A colaboração dos Melquitas no Concílio está compendiada no volume "A Igreja Greco-Melquita no Concílio", Edições Loyola, 1992.

Da mesma forma como alguns entusiasmavam, havia os que indignavam ou provocavam riso. O Cardeal Ottaviani me indignou quando combateu a comunhão sob as duas espécies dizendo que as mulheres iriam sujar o cálice da Missa com a pintura dos lábios e que os Padres não aceitariam concelebrar a Missa não podendo receber espórtula. Concelebração e comunhão do cálice combatidas com argumentos tão grosseiros! E o pobre Cardeal Bacci provocou



riso ao combater o uso da língua vulgar na liturgia alegando a impossibilidade de ler na igreja em vernáculo a história da casta Suzana...

Além das Congregações Gerais, os Bispos se reuniam nas Comissões conciliares ou em grupos informais. Dom Helder Câmara, então Secretário Geral da CNBB, me indicou um grupo de interessados em Liturgia que se reunia na Villa Mater Dei, Via delle Mura Aurelie 10, para acompanhar o processamento da Constituição na aula conciliar. Compareciam alguns Bispos, como Volk, de Mainz, mais tarde Cardeal, Boudon, de Mende, Pourchet, de Saint-Flour, van Bekkum, de Ruteng, e os maiores peritos em Liturgia, como Martimort, Gy, Wagner, Fischer, lungmann, Franquesa e outros. Nessas reuniões não só se apreciava o andamento da Constituição na aula conciliar, como se articulavam intervenções a serem feitas em torno de assuntos que precisavam de apoio. Volk era em geral o Bispo escolhido para pedir a palavra, embora sua locução não fosse muito clara. Na reunião se falava alemão e francês, sendo Gy o tradutor de uma língua para a outra.

Eu, pessoalmente, só falei no Concílio duas vezes, ambas durante a primeira sessão: a favor do uso da língua vulgar e sobre a idade para receber o sacramento da crisma. Não era fácil, para um Bispo novo, e ainda por cima brasileiro, obter a inscrição para falar. O recurso era apresentado por escrito, como fiz muitas vezes.

No primeiro ano do Concílio ocorreu um fato que provocou uma simpática intervenção do Papa. O esquema sobre a Igreja, submetido à votação preliminar, teve maioria de votos contrários, mas estes não atingiram os dois terços exigidos pelo Regimento do Concílio para a rejeição do esquema, tendo falado em primeiro lugar o Cardeal Tisserant, que fez um discurso bastante crítico. Reinava um profundo mal-estar na aula conciliar. Naquele dia houve várias reuniões informais à tarde (eu participei de uma) para ver o que se poderia fazer. Naturalmente houve também quem falasse com o Papa. A nós nada aparecia possível fazer senão trabalhar para emendar o esquema indesejado. No dia seguinte, pela manhã, um Bispo francês, antes de começar a Missa que era celebrada diariamente, anunciou uma boa notícia sem dizer qual era. Logo o Secretário Geral comunicou que o Papa João XXIII havia modificado o Regimento e que, de agora em diante, o esquema que não fosse aprovado na votação preliminar por maioria absoluta deveria ser excluído da apreciação pelo Concílio. Em poucas horas João XXIII tomara uma decisão tão importante e de tantas conseqüências.

Já mais tarde, seu sucessor, o Papa Paulo VI, pessoa de temperamento angustiado, quando o Concílio tratava do 3º capítulo da "Lumen Gentium", retardou por alguns dias a marcha dos trabalhos do Concílio para se dar tempo de dirimir as dúvidas suscitadas por alguns que achavam estar em perigo a doutrina da infalibilidade do Papa definida no Vaticano I. Os dois Papas do



Concílio foram ambos grandes Papas, mas bem diferentes um do outro. O maravilhoso é que João XXIII tenha convocado o Concílio, com seu temperamento espontâneo, e Paulo VI o tenha levado a termo e ainda tenha executado as reformas previstas, apesar de sua índole indecisa.

Durante a primeira sessão, os Bispos brasileiros tiveram uma audiência com João XXIII na sala Clementina. Naquela tarde do mês de novembro o Papa, já doente, manifestou sua solidariedade e seu carinho para com os Bispos com palavras inesquecíveis.

Os Bispos brasileiros, hospedados na "Domus Mariae", tinham quase cada semana uma conferência à noite promovida por um perito, Padre Guglielmi<sup>5</sup>. Convidava ele para essas conferências os maiores luminares do Concílio, e, sobretudo, o Cardeal Suenens, o Arcebispo Melquita Edelby, Hans Küng, Rahner, Diez Alegria, Daniélou, de Lubac, Congar, e outros. Foi uma verdadeira reciclagem para todos nós, que devemos agradecer ao zelo desse Padre. As conferências na "Domus Mariae" começaram a ser freqüentadas por pessoas de fora, Bispos ou não, e se tornaram tão conhecidas em Roma que, um dia, o Secretário Geral do Concílio, Felici, se julgou no dever de esclarecer, em plena aula conciliar, que essas conferências "não eram oficiais ou autorizadas". Sim, não eram oficiais, mas eram muito interessantes e proveitosas, embora fossem sempre na linha de abertura que não agradava ao Secretário Geral. E assim o Episcopado brasileiro, sem ser expressamente mencionado, mereceu uma farpa do Secretário Geral.

Quando se tratou, no terceiro ano, do Decreto sobre os Padres, o Bispo brasileiro Fernando Gomes fez um discurso memorável, que arrancou aplausos do Plenário, aplausos que eram proibidos pelo Regimento. Apesar da proibição, lembrada mais de uma vez, grandes oradores como Máximos IV e De Smedt, foram aplaudidos depois de suas intervenções. Fernando Gomes propunha a rejeição do esquema apresentado, demasiado resumido, e pedia uma quarta sessão do Concílio para o ano seguinte, que se sabia não ser do desejo do Papa. Parece que Paulo VI desejava encerrar o Concílio em 1964, mas os Bispos viam que isso não era possível. À medida que o Concílio prosseguia, os Bispos iam se tornando mais maduros e livres, num bom sentido. Os aplausos a Fernando Gomes, o Bispo brasileiro que mais se distinguiu por esse discurso na aula conciliar, parecem ter decidido a rejeição do esquema, motivando assim a redação do atual Decreto "Presbyterorum Ordinis". E devem ter contribuído para a convocação da 4ª sessão em 1965.

Exemplo dessa liberdade crescente dos Bispos foi o que aconteceu com o primeiro esquema de "Ad Gentes". O esquema não agradava, mas o Cardeal



Agagianian, um dos Moderadores do Concílio e Prefeito da "Propaganda Fidei", desejava muito que servisse de base para as deliberações. O Cardeal obteve que Paulo VI, na aula conciliar, falasse uma palavra a favor do esquema, dizendo que poderia ser melhorado. Mas nem a intervenção do Papa adiantou. O esquema foi rejeitado, e, graças a isso, temos hoje o excelente Decreto "Ad Gentes", um dos mais maduros do Concílio.

Quando se estava na fase final da redação da "Lumen Gentium", eu pessoalmente tive uma dúvida angustiante, acerca de um ponto que não me parecia certo. Tratava-se do assentimento interior que se deveria dar a pronunciamentos não infalíveis do Magistério. De um assentimento exterior eu não duvidava. Mas como motivar um assentimento interior nesse caso, a um ponto de doutrina que pode ser modificado? Eu não tinha possibilidade de falar sobre o assunto na aula conciliar. Dei então, sob a forma de um "modus", minha opinião por escrito. Além disso me dirigi a um membro da Comissão teológica, homem muito inteligente e aberto, de minha confiança, Marcos Mac Grath. Expus meu pensamento. Não sei se o convenci, só sei que a "Lumen Gentium" consagrou a opinião oposta à minha, que até hoje não consigo entender: "esta religiosa submissão da vontade e da inteligência deve de modo particular ser prestada com relação ao autêntico Magistério do Romano Pontífice, mesmo quando não fala "ex-cathedra" (LG. 25). O problema é "mesmo quando não fala "ex-cathedra", quer dizer quando o pronunciamento não é infalível e pode ser reformulado. Como dar assentimento interior, com submissão da inteligência, nesse caso?"

Uma das maiores alegrias de minha vida eu a tive no dia 4 de dezembro de 1963. Tendo lutado pelo Movimento Litúrgico desde 1933, como membro da Ação Católica, tive a satisfação de ver solenemente promulgada a Constituição "Sacrosanctum Concilium". A compreensão da Liturgia que eu tinha já antes do Concílio e que, no Brasil, sofrera sérias contestações, estava agora proclamada por uma Constituição conciliar. Na porta da Basílica de São Pedro, naquela manhã, me encontrei com o Abade Martinho Michler, também ele Padre conciliar, que havia sido o iniciador do Movimento Litúrgico no Brasil e que havia sofrido calúnias e perseguições por este motivo, e nos abraçamos com profundo sentimento de ação de graças.

Meu aprendizado na Ação Católica e no Mosteiro de São Bento me tinha preparado para a "Sacrosanctum Concilium", para a "Lumen Gentium" e outros documentos do Concílio. Quando porém entrou em discussão um projeto que chamavam de esquema 13, e que seria posteriormente aprovado como Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", senti que algo de diferente era proposto. Eu pensava quer depois da "Lumen Gentium" não era preciso dizer mais nada sobre a Igreja e, a princípio, não gostei do projeto que julgava muito prolixo. Foi justamente a "Gaudium et Spes" que completou meu caminho de

<sup>5</sup> Pe. Antônio Guglielmi, do clero de Florianópolis, nascido em Içara, já falecido



conversão: a abertura para a presença da Igreja no mundo, para as realidades sociais iluminadas pelo Evangelho. E o pós-Concílio, vivido na CNBB e em Puebla, levaram adiante essa conversão.

O dia 8 de dezembro de 1965, dia do encerramento do Concílio, foi ocasião de júbilo e de exultação. Na praça de São Pedro, a emoção igualava à do dia 11 de outubro de 1962. Só que lá era um caminho a ser percorrido, sem previsão da chegada, e agora era a conclusão, apalpando os resultados obtidos. A figura de Paulo VI correspondia à de João XXIII, tendo de permeio os quatro longos anos de trabalho do Concílio que reformou a Igreja.

Minha impressão naquele dia era que a vida da Igreja tinha um novo início, e que nela minha vida de Bispo renascia. A grande mensagem do Concílio consistia nas Constituições, nos Decretos e nas Declarações. Mas naquele dia ainda ecoaram as belas mensagens dirigidas a vários setores da sociedade. Eu me sentia outro. E muitos Bispos brasileiros também se sentiam renovados, convertidos como eu. Foi assim que regressemos ao Brasil, cheios de ânimo para aplicar as decisões conciliares.

A 25 de janeiro de 1964, Paulo VI criou um Conselho para executar a Constituição da Sagrada Liturgia, e a 29 de fevereiro nomeou os membros do mesmo. Para grande surpresa, meu nome estava na lista dos nomeados. Durante os cinco anos de duração deste Conselho, estive em Roma duas vezes por ano participando de suas reuniões. O trabalho do Conselho está registrado magistralmente no livro “La riforma litúrgica”, de Annibale Bugnini. Quando o Conselho foi extinto e criada por Paulo VI a Congregação para o Culto Divino, fui também nomeado para a mesma, onde por seis anos estive presente, tomando parte na preparação de todos os novos livros litúrgicos, até a supressão da Congregação e a conseqüente disponibilidade de seu Secretário, Arcebispo Annibale Bugnini.

Paralelamente ao andamento do Concílio, evoluía e crescia a CNBB. Em 1964 foram aprovados em Roma novos Estatutos e era eu eleito Secretário Nacional de Liturgia, cargo correspondente ao de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia. Abria-se, assim, uma grande perspectiva de trabalho para aplicar no Brasil a nova Constituição de Liturgia.

A primeira incumbência consistia na tradução para o português falado no Brasil das partes da Liturgia em que era permitido o uso da língua vulgar. Era preciso também constituir a Comissão Nacional de Liturgia, com Bispos e Assessores.

A 26 de setembro de 1964, foi publicada a Instrução “*Inter OEcumenici*” que aplicava a Constituição conciliar a numerosos pontos das celebrações litúrgicas. Era o início da reforma litúrgica que chegava às bases. No Brasil houve umas poucas resistências, especialmente na Diocese de Campos, onde o



Bispo Antônio Castro Mayer era notoriamente oposto às decisões conciliares na matéria, mas, de modo geral, a aceitação da Liturgia reformada não encontrou sérios obstáculos. Nos ambientes conservadores, a reforma caminhava devagar, mas, na maioria dos lugares, a língua vulgar, o altar voltado para o povo, os novos instrumentos musicais, o chamado canto pastoral, os paramentos e ritos simplificados, se impuseram gradativamente.

Informado nas reuniões de Roma sobre o andamento da reforma, e estando na direção da Comissão Episcopal no Brasil, podia transmitir logo tudo que era permitido no plano universal e propor à aceitação da Conferência Episcopal. E como, por sucessivas reeleições, me conservei à frente da Comissão Episcopal de Liturgia durante 23 anos, pude não apenas aplicar a Constituição conciliar, como ainda desenvolver suas adaptações derivadas, quer dizer, não só a letra do Concílio como também seu espírito.

O Concílio Vaticano II foi, sem dúvida alguma, o grande acontecimento eclesial do século XX, sem nenhum outro que o igualasse. Incomparavelmente mais significativo para a vida da Igreja do que o Vaticano I, ocorrido no século XIX, e só comparável ao Concílio de Trento, no século XVI, este Concílio operou uma profunda reforma da Igreja, atingindo todos os setores de sua vida. A palavra “aggiornamento”, criada para designar sua ação, exprime sua obra. A Igreja dele saiu renovada. Sempre a mesma em sua essência, a Igreja, inequivocamente, se tornou em 1965 muito diferente do que era em 1958.

O Concílio foi seguido pelo Pós-Concílio, obra de Paulo VI, que aplicou e desenvolveu o espírito do Concílio, enquanto não chegou a diminuição natural de suas faculdades, motivada pela idade e pelos sofrimentos do cargo. Um sinal desta diminuição do impulso conciliar, sob a influência de elementos conservadores de Roma, foi o afastamento de Annibale Bugnini, o corifeu da reforma litúrgica, e a supressão da primeira Congregação para o Culto Divino, que ele próprio fundara.

No Brasil, durante 24 anos, três Presidentes da CNBB, Aloísio Lorscheider, Ivo Lorscheider e Luciano Mendes de Almeida, todos três reeleitos uma vez, garantiram a continuidade do espírito conciliar. Mas os critérios usados para as novas nomeações episcopais vai lentamente modificando a composição do episcopado brasileiro e descaracterizando a face que assumiu durante o Concílio e o imediato Pós-Concílio.

Na aurora do 3º milênio muitos se perguntam: para onde caminhará a Igreja? Vai se fechar sobre si mesma, como um castelo medieval, ou vai se abrir para o mundo, numa continuidade do “aggiornamento” preconizado pelo velho João XXIII? O desafio que se abre é este: o espírito do Concílio continuará inspirando os rumos da Igreja, ou o Concílio será um corpo de leis do passado, certamente venerado e elogiado, mas desprovido de continuidade? Será um fim de linha, ou a estrada continua?



## Dom Ivo Lorscheiter

### 1. Minha participação pessoal

Quando começou o Concílio Vaticano II, encontrava-me eu no Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição, em Viamão, no Rio Grande do Sul, como professor de Teologia. Tive então o privilégio de ser encarregado das aulas de Eclesiologia, sentindo-me profundamente interessado pelo próprio fato do Concílio, pelos Textos preparatórios, pelas informações e comentários dos Bispos gaúchos no fim de cada Sessão e, evidentemente, pelos Documentos aos poucos aprovados e promulgados. Tendo sido nomeado Bispo aos 17 de novembro de 1965, fui chamado a Roma para participar, embora ainda não ordenado, das últimas densas semanas do Concílio. Participei das votações dos últimos Textos Conciliares, pude ter uma memorável Audiência pessoal com o grande Papa Paulo VI, vivi providenciais inspirações em ordem à futura vida e atuação episcopal. Desde então percebi a importância da proclamação do Senhor, em Mateus 13, 52: "Todo escriba instruído nas causas do Reino dos Céus é comparado a um pai de família, que tira do seu tesouro cousas novas e cousas velhas". Dessa frase de Cristo tirei o lema do meu Episcopado: "*Nova et Vetera*" (= cousas novas e velhas). Tive a intuição de que o movimento produzido pelo Concílio, o "aggiornamento" proclamado pelo Papa João XXIII, a renovação e as reformas introduzidas assim na Igreja representariam uma forte tensão no campo da Teologia, da Espiritualidade, da Pastoral e da Organização da Igreja! Seria necessário buscar e corajosamente introduzir elementos novos, sem abandonar as realidades substantivas colocadas por Cristo na sua Igreja, desde o começo e para sempre. Em verdade, devo confessar que não imaginava que essa dialética entre o Novo e o Velho chegaria a tão fortes expressões e às verdadeiras crises, que nos anos seguintes apareceram. Confesso também que sempre me foi muito útil o "*Nova et Vetera*", à cuja luz eu não tinha o direito de ser simplesmente um progressista revolucionário, nem um conservador inveterado. Penso que ainda hoje devemos assim organizar e direcionar nossa mentalidade e nossa ação.

Ordenado Bispo auxiliar de Porto Alegre, encarregado da coordenação pastoral na mesma Arquidiocese e nomeado Secretário executivo da Conferência Episcopal Regional Sul 3, senti muitas alegrias em poder difundir as Doutrinas e Propostas do Concílio, implantando-as com serena determinação. Todos os Presbíteros, Seculares e Religiosos, da Região Sul 3, foram convocados para, em diversos locais, participarem de um curso de 10 dias, em regime de internato, sobre os 16 Documentos Conciliares. Esta atividade, que exigiu um ano inteiro, foi muito abençoada por Deus e produziu abundantes frutos espirituais, intelectuais e pastorais. Na Arquidiocese de Porto Alegre, com apoio decidido

do Sr. Arcebispo Dom Vicente Scherer, foi-se explicando o espírito do Concílio e implantando as reformas do mesmo, com os diversos Conselhos e as renovadas práticas e métodos pastorais.

### 2. Os bispos Brasileiros no Concílio

Sem querer cometer uma injustiça, posso e devo notar que os Bispos Brasileiros não tiveram uma atuação especialmente significativa no Concílio Vaticano II, apesar do seu considerável número. Aliás, o mesmo vale a respeito dos Episcopados das outras Nações do hemisfério Sul. Não é o caso de aqui examinar as razões de tal fato e, portanto, do fato de os Bispos do hemisfério Norte, principalmente da Europa, se terem distinguido nos trabalhos conciliares, seja nas Comissões, seja em postos de liderança, seja nos debates em plenário. Convém aqui assinalar que, exatamente no Brasil, logo após a conclusão do Concílio, foram editadas duas obras de grande e permanente valor, a saber: de Guilherme Baraúna, ofm, "*A Igreja do Vaticano II*", Editora Vozes, 1965, 1333 páginas, um precioso volume de comentários sobre os mais importantes temas conciliares, com contribuições de De Lubac, Ch. Moeller, Grillmeier, K. Rahner, Journet, J. Ratzinger, Lyonnet, Chenu, Schillebeeckx, Labourdette e outros. E de Boaventura Kloppenburg, ofm, "*Concílio Vaticano II*", Editora Vozes, 1966, 5 volumes, uma exaustiva Documentação e Descrição da preparação, do decurso e das conclusões do Concílio, com rica enumeração das intervenções e votações.

Ainda em Roma, nas últimas semanas do Concílio, deram-se alguns importantes fatos, nos quais estavam também envolvidos diversos Bispos do Brasil. O Arcebispo Dom Helder Câmara pronunciou uma conferência pública, de vasta repercussão mundial, com estas corajosas perguntas: "O que iremos agora fazer para sermos fiéis ao novo espírito? Nós Bispos? Os Presbíteros, os Religiosos, os Leigos?" No dia 16 de novembro de 1965, nas Catacumbas de Santa Domitila, 40 Bispos, incluídos diversos Brasileiros, assinaram uma Carta-Compromisso, com impactantes propósitos especialmente no campo da pobreza e da simplicidade de vida. E no dia 8 de dezembro, os Bispos Brasileiros enviaram ao Povo do Brasil uma ardorosa carta, cheia de alegria e de esperança, que assim concluía: "Estejam todos seguros de que não queremos omitir nada".

Por uma amorosa providência divina, o Povo e a Igreja do Brasil experimentaram dois acontecimentos bem diversos, praticamente no mesmo contexto histórico, os quais se influenciaram reciprocamente: a 8 de dezembro de 1965, concluiu-se em Roma o maravilhoso Concílio Vaticano II, com seus formidáveis impulsos para uma renovada vida interna da Igreja e para um mais decidido engajamento social do Povo de Deus. Pouco tempo antes, a 31 de março de 1964, explodia no Brasil um Golpe Militar, que produziu uma





ditadura de 24 anos de duração, com cruel repressão dos Direitos Humanos. É interessante e importante notar como os dois fatos, quase coincidentes no tempo, produziram os seguintes efeitos: os excessos da ditadura militar puseram à prova as novas inspirações do Concílio. E no espírito da Igreja fez irromper muita coragem para as ações do Clero e do Povo de Deus. Não só Bispos individualmente, como Casaldáliga, Fragoso, Fernando Gomes dos Santos e outros tiveram atitudes proféticas, mas a Conferência Episcopal como um todo encontrou maior unidade e maior vigor apostólico. Nem sempre, é verdade, pois que a Conferência Episcopal tende a limitar ou diminuir a ação dos Bispos individuais. No Brasil, na mencionada época, era assim que a maioria da Ditadura atingia a Conferência Episcopal (CNBB); e a maior admiração e aplauso dos bons era também para a CNBB.

### 3. Repercussão do Concílio nos principais Setores Pastorais

Sem entrar em todos os detalhes, passemos a enumerar os principais Setores Pastorais, mostrando como eles foram marcados pelo Concílio Vaticano II:

A *Conferência Episcopal do Brasil* foi fundada já no ano de 1952, portanto bem antes de o Concílio ter decretado a sua obrigatoriedade em todas as Nações. Durante as Sessões do Concílio, o Episcopado Brasileiro, em Roma, realizou numerosas reuniões. Entre os assuntos estudados, estava também o *Planejamento Pastoral*, que assim recebeu grande estímulo e foi depois aplicado mais solícitamente em nível nacional, regional, diocesano e paroquial. Adotando geralmente o método do Ver – Julgar – Agir, o Planejamento levou a um melhor realismo e uma sábia Pastoral de Conjunto. Até hoje, continuam existindo os sucessivos Planos de Pastoral, assegurando vitalidade às atividades da Igreja.

Creio poder dizer que a *Liturgia* foi o campo em que mais rapidamente e mais totalmente se aplicou no Brasil o espírito e as normas do Concílio: a participação do povo, a índole celebrativa, o cultivo do canto, a centralidade do Mistério da Páscoa, o afervoramento da Vida Sacramental, o respeito à Religiosidade Popular, a redescoberta dos Tempos Litúrgicos – eis os pontos de maior renovação litúrgica em nosso País.

A difusão da *Bíblia* no meio do povo católico é outro ponto relevante. A Constituição Dogmática “*Dei Verbum*” do Concílio, chamada a “obra prima” do Vaticano II, influiu grandemente nos fiéis: mais que os Professores de Bíblia nos Institutos de Teologia, foram motivadas as comunidades, as famílias e as pessoas católicas. Multiplicaram-se as traduções e edições da Bíblia, grupos de estudos bíblicos, a celebração forte de setembro como mês da Bíblia, a

dimensão bíblica da Catequese, a mesa da Palavra e a mesa do Pão nos templos: são alguns dos aspectos da nossa Pastoral Bíblica.

A Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, o mais longo e o mais original dos Documentos Conciliares, exerceu forte influência sobre as mentalidades e as atividades sociais no Brasil. Campo de freqüentes tensões e atritos, provocando divisões entre os classificados como “progressistas” e os “conservadores”, o apostolado social foi muito providencialmente iluminado e orientado: a cidade terrestre e a cidade celeste devem interpenetrar-se... A matéria deste mundo deve prefigurar o Reino Celeste... Quem aspira ao Céu deve lutar para que a Terra prepare eficazmente o outro mundo... Ao negligenciar seus deveres temporais, o cristão põe em perigo a sua salvação eterna. É preciso, pois, distinguir mas não separar o céu e a terra, o religioso e o social, a Fé e a Política. E é necessário que os leigos entendam que a sua vocação específica é a “índole secular”, isto é, a ação em meios às realidades deste mundo. Assim fica bem claro que a Igreja é uma Instituição Religiosa, com objetivos transcendentais, mas que inclui também as tarefas de marcar e transformar o mundo temporal.

Poderemos dizer que a Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*” é o Documento mais fundamental do Concílio Vaticano II. E o conceito ou a realidade mais fundamental desse texto sobre a Igreja se resume na palavra “*Comunhão*”. A Igreja é Povo de Deus e é constituída em virtude da “unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Por isso, nesta Igreja todos devem viver em profunda comunhão, devem organizar-se em verdadeira comunidade, devem praticar a fraterna colegialidade, devem brilhar perante a sociedade humana como exemplo de unidade, união e paz. Estas reflexões produziram no Brasil, como também em outros Países, o ideal das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Visam elas ser pequenas comunidades cristãs, suscitadas pela meditação coletiva da Bíblia, alimentadas pela Eucaristia, animadas por sábias lideranças, preocupadas com os problemas também sociais dos seus membros, abertas missionariamente para outras comunidades e regiões. Certamente a vitalidade das CEBs é um dos fatores mais significativos da Igreja Católica no Brasil.

### 4. Assembléias Gerais do Episcopado Latinoamericano

Os Bispos do Brasil foram muito influenciados pelas sucessivas Conferências Gerais Episcopais Latinoamericanas, e também colaboraram ativamente na preparação, na realização e na aplicação das mesmas. Excetuada a primeira dessas Assembléias, que foi a do Rio de Janeiro, em 1955, na qual se fundou o CELAM, as demais Conferências sucessivas hauriram largas inspirações no Concílio Vaticano II.



Em agosto/setembro de 1968, realizou-se a grande Conferência Geral em **Medellín**, na Colômbia, cujo legado para a nova Evangelização é uma das riquezas que não devemos esquecer ou deixar para trás. À Conferência de Medellín fora explicitamente fixado o objetivo de aplicar à situação da América Latina o espírito e as conclusões do Concílio Vaticano II. E aqui vale dizer: O mundo se surpreendeu com o belo conteúdo das Conclusões de Medellín. E muitos perguntavam: procedem elas dos mesmos Bispos que, no Concílio, não haviam tido uma atuação tão marcante? 16 foram os Documentos do Concílio, 16 foram também os Documentos de Medellín. Os temas tratados em Medellín foram: Justiça, Paz, Demografia e Família, Educação, Juventude, Pastoral Popular, Pastoral das Elites, Catequese, Liturgia, Movimentos dos Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação Sacerdotal, Pobreza da Igreja, Pastoral de Conjunto, Comunicação Social. Alguns pontos, tocados já no Concílio, foram mais desenvolvidos em Medellín, como Opção pelos Pobres, Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base, Piedade Popular. Por tudo isto, as Conclusões de Medellín produziram um grande movimento de renovação pelos Países da América Latina e também de outros Continentes. Poderá ser útil dizer aqui que a Conferência de Medellín foi e será sempre a Conferência da “Libertação”, como a de Puebla foi e será a da “Comunhão e Participação”, como a de Santo Domingo foi e será a da “Inculturação”.

A Conferência Geral de **Puebla**, no México, de janeiro/fevereiro de 1979, obteve também excelentes resultados. Pautada sobre o título geral de “Comunhão e Participação”, trabalhou ela na melhor clarificação da Teologia da Libertação, bem como na proclamação do dever missionário da Igreja, que inclui também a “Missão ad Gentes”, isto é, para além das fronteiras nacionais: “Também a América Latina deve dar e enviar, mesmo que seja da sua pobreza”!

Em outubro de 1992, realizou-se nova Conferência Geral, agora em **Santo Domingo**. No contexto do 4º centenário do “descobrimento” da América, essa Conferência explicitou, para além do Concílio Vaticano II, o conceito e a prática da necessária “Inculturação”. Esta é uma tarefa difícil, a de realizar a interpenetração entre Evangelho e Cultura, entre fé e as diversas realidades étnicas, ambientais e históricas. Muito ainda deverá ser feito para que se alcance a verdadeira Inculturação.

Já desde os preparativos da Conferência de Santo Domingo, apareceram vozes que solicitavam uma Conferência “Pan-Americana”, para manifestar a América do Sul, do Centro e do Norte como uma única América embora dividida entre Primeiro e Terceiro Mundo. O próprio Papa, no Discurso Inaugural, defendeu essa idéia, apesar de pensamentos discordantes mesmo de Setores da Cúria Romana. Finalmente, no contexto da preparação do Grande Jubileu do Ano 2.000, João Paulo II convocou tal Assembléia Pan-Americana, dando-lhe a natureza e o regimento de um Sínodo Extraordinário de Bispos. Embora se



devesse dizer que os “Sínodos” na Igreja Católica não encontraram ainda a forma definitiva de se organizar e funcionar, esse Sínodo da América, realizado em Roma, em Novembro/dezembro de 1997, foi julgado pelos próprios Padres Sinodais como muito bom. Não faltou quem o classificasse como o melhor dos Sínodos realizados após o Concílio Vaticano II.

## 5. Olhando para os outros Continentes

Não resisto à tentação de concluir esta modesta contribuição com um olhar lançado desde o Brasil para os outros Continentes. Como vai a Teologia e a Pastoral? Como poderemos aprender dos outros e como poderemos também ensinar aos outros? Não somos demasiadamente rápidos em criticar-nos mutuamente? Não desperdiçamos assim preciosas energias e impulsos? No que toca, por exemplo, a Teologia da Libertação, quero e devo referir o seguinte: com data de 8 de abril de 1986, o Papa João Paulo II endereçou à Conferência Episcopal do Brasil uma longa e pessoal Carta, trazida em mãos pelo Sr. Cardeal Gantin, na qual se lia, entre outros notáveis trechos: “Uma bem entendida e aplicada Teologia da Libertação não é somente oportuna, mas também útil e necessária. Se essa tarefa for assumida pela Igreja, será certamente um serviço prestado pela Igreja à Nação Brasileira, ao sub-Continente da América Latina e a muitas outras regiões do mundo”.

Pensando agora na **África**, tão sofrida e tão injustiçada, permitam-nos ler a seguinte passagem do belo livro de Walbert Buhmann “Wer Augen hat zu sehen” (Graz, 1989, p.134): “poder-se-ia esperar que os teólogos africanos editariam as suas percepções teológicas num volume global, sob o título de “*Mysterium Incarnationis*”, continuando sabiamente a obra modelar européia “*Mysterium Salutis*” e a coleção latinoamericana “*Mysterium Liberationis*”. Assim, a partir do Mistério Central da Encarnação de Cristo, poder-se-iam tirar conclusões radicais para uma bem encarnada e inculturada Igreja na África.

Olhando agora o colosso chamado **Ásia**, de cuja formidável população só 0,90% são católicos, abstraindo dos 26 milhões dos católicos das Filipinas, vamos perceber uma especial dificuldade: como se aplica também à população asiática o plano bondoso e salvífico de Deus? Aqui se mostra a mais problemática significação da Inculturação. E aqui poderemos talvez dar razão a Walbert Buhmann, quando ele diz, na citada obra, p.146: “Dá para sentir que o conflito, havido há poucos anos, a respeito da latinoamericana Teologia da Libertação, era um brinquedo de criança em comparação com o que agora vem da Ásia sobre nós e sobre Roma”.

Vamos voltar-nos agora para os problemas existentes no mundo das Ilhas do Oceano Pacífico, com suas 22 Nações e cerca de 6 milhões de habitantes, e que chamamos de **Oceania**. Também ali, entre os Melanésios, os Micronésios



e os Polinésios, existem fortes tensões e movimentos de idéias e de ações, segundo nos diz Hermann Janssen, do Instituto Missiológico de Aachen. Nota ele escritos e opiniões, que sempre manifestam esta posição: “Já não queremos deixar-nos levar pelas correntes/ teólogos de além-mar” (Die Katholischen Missionen, maio/ junho 1995, p. 90). Os teólogos daquelas Ilhas gostam de fazer comparações com a América Latina, a África e a Ásia, e adotam também pontos de partida da Teologia da Libertação, embora falem mais da “Teologia da Vanua”. Convém citar aqui a observação final do citado Professor Janssen: “Pode-se ter a esperança de que as profundas críticas e audaciosas iniciativas de inculturação das mencionadas Igrejas irão produzir sólidos fundamentos para uma nova orientação espiritual e social. Contudo digamos que tais esforços dos Melanésios, dos Polinésios e dos Micronésios deverão avançar de mãos dadas e em parceria de conceitos com seus vizinhos da Ásia e com as Nações do Ocidente” (l.c.).

E agora seja-me permitido sonhar, com um misto de curiosidade e de ansiedade: Como vamos prosseguir a manter e consolidar a corrente e as parcerias? Já estará a **Europa** suficientemente incluída nessa corrente? Que os anéis dessa corrente consigam, sempre mais, fecundar-se mutuamente, produzindo então um maravilhoso circuito de forte vida. Pois não será este o grande resultado do Concílio Vaticano II, dos subseqüentes Sínodos e Assembléias das Igrejas nas diversas Regiões do mundo?



## O que disse Dom Helder Câmara sobre o Concílio Vaticano II em alguns de seus discursos

### Os Católicos e o Concílio Ecumênico Vaticano II

Os Católicos tivemos, de 1962 a 1965, o Concílio Ecumênico Vaticano II, que fez a Igreja Católica caminhar séculos, tanto em sua vida interna, como em sua abertura para com as demais Famílias Cristãs, e as Famílias Religiosas Não-Cristãs, e toda a Humanidade.

O Papa João XXIII desejou um Concílio abertamente pastoral. Declarou aos Bispos Católicos do Mundo inteiro, reunidos em Roma, que não se tratava de chegar a novas condenações. A grande finalidade era a nossa própria conversão, como condição para merecermos a união dos Cristãos, e o entendimento fraterno com todos os Crentes em Deus, e a maior abertura e boa vontade até para os Não-Crentes.

Tudo foi examinado à luz do serviço a ser prestado aos homens, como complemento indispensável ao relacionamento com o Criador e Pai. O Concílio chegou a afirmar: “Não são os caminhos da Igreja que devem ser os caminhos do homem: são os caminhos do homem que devem ser os caminhos da Igreja”. E disse, também: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e dos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Nada há de verdadeiramente humano que não encontre eco no coração deles”.

### Surpresa estonteante: Vaticano II

Foi o Espírito Santo quem soprou a João XXIII a idéia do Concílio Ecumênico Vaticano II. Sem esquecer, de modo algum, a parte doutrinária, o Espírito de Deus, por meio do Santo Padre o Papa João, quis um Concílio marcadamente pastoral.

Só a idéia de reunir em volta de Pedro – claro que em volta de Cristo e sob a ação do Espírito Santo – os Bispos do mundo inteiro, vinha avivar a idéia de Colegialidade Episcopal, realidade mais do que Idéia, que não pode, de modo algum, ser esquecida. O Concílio foi até à corresponsabilidade de todo o Povo de Deus, expressão que abrange, desde o Papa, até os mais simples dos Leigos.

João XXIII, em seu tempo de Núncio, tinha sido levado, pela Providência, ao Oriente, para voltar com o propósito ecumênico gravado, para sempre, em



seu espírito. Quem não se lembra de ouvir João XXIII dizer que o Concílio se fazia para a nossa conversão de Católicos, pois se engana quem pensa que não precisa converter-se. E o Papa acrescentou: “Só mereceremos a graça de ver transformado o sonho ecumênico em realidade, se começarmos pela nossa própria conversão”.

De 11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965, o Vaticano II imprimiu na Igreja um sopro abençoadíssimo de renovação. Se é verdade que João XXIII apenas pôde participar da 1ª das Sessões do Concílio – cabendo a condução das outras 4, sob a ação do Espírito Santo, a Paulo VI – o Concílio todo foi marcado pelo Espírito do Papa João.

Nesta linha falam os 16 grandes Textos e as belas Conclusões do Vaticano II. Nossa preocupação de católicos, com os crentes de todas as Religiões, é a de viver nossos grandes Textos e nossas belas Conclusões.

## O Concílio disse muitíssimo

O Concílio Ecumênico Vaticano II disse muitíssimo, por suas palavras e por seu silêncio.

Disse uma palavra perfeita sobre a Igreja, pondo em relevo a idéia fecunda de Povo, salientando a Colegialidade Episcopal, abrindo espaço para o leigo.

Disse palavra de força altamente renovadora sobre a Liturgia. Falou e falou bem, de modo oportuno o justo, sobre a missão do Bispo, a missão do Padre e o apostolado dos Leigos.

Se falou de modo, talvez, menos feliz, sobre os “meios de comunicação social”, sobre a Missão e sobre a “educação cristã”, foi admirável, e esteve à altura do momento histórico que vivemos, nas Declarações sobre Ecumenismo, sobre Religiões não-Cristãs e sobre Liberdade Religiosa.

Quanto à presença da Igreja no mundo, conseguirá, pelo menos, começar e começar bem o diálogo com todos os homens de boa vontade. E já é muito. É o essencial.

Note-se ainda que, importante como o que o Concílio disse, é o silêncio que, em certas circunstâncias, ele timbrou em manter. Recusou-se a toda e qualquer condenação, convicto de que estamos, cada vez mais, na era do diálogo. Evitou qualquer palavra que importasse em fechamento de porta, em estreiteza de vista, em atitude menos larga e menos nobre.

Podemos e devemos agradecer a Deus a primavera que se anuncia de renovação teológica, litúrgica, missionária, ecumênica... Primavera, talvez,



ainda mais bela do que o mais audacioso sonho do Papa João, o profeta do Vaticano II.

## O que não cabia ao Concílio, mas cabe a nós dizer

No entanto, não cabe ao Concílio dizer tudo. Há afirmações implícitas que cabe a nós explicitar. Há conclusões ou aplicações práticas que nos cabe tirar, claro que sem a autoridade do Concílio, mas à luz de seus ensinamentos e ao clarão de seu espírito.

## Grave responsabilidade da Igreja nas Américas

Já tive ocasião de salientar que a América Latina tem missão particularmente grave na tentativa de restabelecer o equilíbrio do Mundo, no esforço de promover a justiça em escala universal. É que ela está a meio caminho entre o Mundo desenvolvido e o Mundo sub-desenvolvido.

Como sub-desenvolvida, é irmã da Ásia e da África. Como cristã, é irmã dos países de abundância que carregam a responsabilidade de ser cristãos ou de origem cristã.

Considerando que o sub-desenvolvimento mergulha a América Latina e todo o 3º Mundo em situação indigna da criatura humana, o que é uma injúria à criação; e considerando que, dentro da própria América Latina Cristã, amanhã a revolta anti-cristã será inevitável se, no momento de opressão e escravidão, a Igreja se omitir; e considerando, ainda, que a América Latina Cristã tem obrigação grave de tentar levar um testemunho humano e cristão à África e à Ásia, suas irmãs não-Cristãs de sub-desenvolvimento, impõe-se que a América Latina examine o que lhe caberia fazer, dentro de cada país e no conjunto dos Continentes.

## Conclamação geral: Hora do Concílio

É responsabilidade grave viver nos dias do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Aos Padres, Religiosos e Leigos da Arquidocese proponho esta linha do Concílio. Ao invés de querer reformar os outros, tratemos, em primeiro lugar e com seriedade, da nossa própria conversão.

A diferença que há entre o fariseu e o santo é sobretudo esta: o fariseu é largo consigo e estreito com os outros; quer obrigar todo mundo a ir para o céu



à força. O santo só é exigente consigo: com os pecadores, é largo como a bondade divina, sem limites como a misericórdia do Pai.

### **Hora de colegialidade**

O Concílio Ecumênico – podemos, sem imprudência, anunciar – vai ser marcado, de modo especial, pela decisão de levar à prática uma verdade antiga como o Evangelho: a Colegialidade dos Bispos, sob o primado do Papa.

Todos – Clero, Religiosos e Leigos – formamos, em Cristo, a comunidade da Igreja, Comunidade que desejamos aberta, acolhedora, sedenta de diálogo sincero.

### **Hora de Ecumenismo, em sentido amplo**

Ainda é o Concílio quem nos está alargando, sempre mais, o coração.

Sempre teremos, ao menos espiritualmente, presentes, em nossas reuniões, em nossos estudos e em nossas preces, não só pessoas que pertençam a outras religiões, mas que até imaginem não possuir religião nenhuma. Confesso, mesmo, carinho especial pelos que, sem fé, tateiam na sombra, sobretudo quando se trata de ateus de nome e cristãos de fato.



## **Dom Manoel João Francisco**

### **O que o Concílio representa para o meu ministério episcopal**

Corria o ano de 1958. Numa manhã de outubro, o sino da pequena igreja, próxima à escola tocou seu toque fúnebre mais demoradamente. Anunciava a morte do Papa Pio XII. Eu freqüentava então o terceiro ano primário. Nossa professora fez-nos parar o que estávamos fazendo e conosco rezou pelo descanso eterno do Papa e para que o novo Pontífice tivesse condições de continuar dirigindo a Igreja com a sabedoria daquele que acabara de morrer.

Na parede da sala de minha casa havia um quadro com a fotografia de Pio XII, e em baixo escrita uma bênção apostólica dirigida a meu pai e a nossa família. Era uma lembrança que meu tio, ao voltar da guerra, havia trazido de Roma. Além dessas, não tenho outras lembranças de Pio XII e do início de Pontificado de João XXIII.

O Concílio Ecumênico Vaticano II teve seu início em 1961. Eu já estava no seminário, mas era ainda muito pequeno para perceber a grandiosidade do momento que estava vivendo. Nosso professor de religião, Pe. Afonso Paulo Guimarães, falou-nos sobre o assunto, dizendo que na Igreja já tinham acontecido 20 concílios. Chamavam-se Concílios Ecumênicos porque reuniam os bispos do mundo todo. O que estava iniciando era o Concílio Ecumênico Vaticano II, porque se realizava no Vaticano. O último (agora penúltimo) também tinha sido no Vaticano. Foi o Vaticano I que ficara inacabado.

Durante o Concílio, mas principalmente depois de concluído, a Igreja começou a respirar novos ares, a brisa fresca que João XXIII havia desejado. Foi um tempo de renovações profundas, principalmente, a meu modo de ver, no campo da catequese, da bíblia e da liturgia.

No seminário, participávamos da missa em latim. Rezávamos com o padre, o ato penitencial, o glória, o credo, o santo, o pai-nosso, o cordeiro de Deus e o Senhor eu não sou digno. O evangelho era repetido em português, depois de ter sido lido em latim. Porque estudávamos latim, entendíamos razoavelmente aquelas orações. Por isso, acho que não era uma simples “assistência”, mas já se podia falar de participação, favorecida aliás, pelos cursos de liturgia que nos foram ministrados neste período e por orientações dadas em outras oportunidades. Todos os sábados, por exemplo, eram lidos os comentários da liturgia dominical escritos por Pius Parsch. Naqueles anos, nosso seminário estava em construção. A nova capela, por isso, foi construída, segundo as orientações da *Sacrosanctum Concilium*. O altar, por exemplo, foi



disposto para que as missas fossem celebradas “*versus populum*”. Estudavam conosco colegas de origem ucraniana pertencentes ao rito bizantino. De tempos em tempos estes colegas recebiam visitas de padres, seus amigos. Tínhamos então a oportunidade de “assistir” a missa em outro rito. A comunhão era sob as duas espécies, o pão eucarístico era fermentado. Tudo isto era para nós novidade e ocasião para comentários e explicações muito úteis sobre as diversas liturgias na Igreja e a possibilidade de mudanças também na liturgia romana.

No campo da catequese e da renovação bíblica, minhas melhores experiências foram vividas na minha paróquia, durante o período de férias. Meu pároco, Pe. Gilberto Luiz Gonzaga, era muito dinâmico. Em todas as comunidades instituiu ministros da Palavra em substituição aos antigos capelães. Implantou em todas as comunidades os círculos bíblicos e renovou a catequese com novos manuais e nova metodologia.

Para isso, chamou muita gente a fim ministrar cursos de renovação na paróquia e mandou também muitas lideranças participar de cursos fora da paróquia. As pessoas não tinham grandes estudos. Haviam freqüentado, no máximo, o quarto ano primário. Eram, no entanto, entusiasmadas e conseguiram captar muito bem todos os novos conteúdos. Às vezes fico pensando como foi possível realizar tanta coisa com pessoas tão humildes e sem muita formação intelectual.

O que eu vivia e aprendia nas férias, trazia para o seminário. Desta forma, iniciei no seminário um Círculo Bíblico com pessoas da vizinhança. Era aos domingos à noite. Elas vinham até o seminário, porque nós seminaristas não podíamos sair. Os padres perceberam que os resultados eram bons. Por isso permitiram que, aos domingos, nós do sexto e do sétimo ano (2º e 3º clássicos) fôssemos às comunidades para presidir a celebração da Palavra, dar catequese e dirigir círculos bíblicos.

Como se pode ver, o Concílio Vaticano II foi para mim de grande importância. Minha formação foi toda inspirada nas luzes que o Concílio reacendeu na Igreja. Eu fui bebendo de suas águas, no início sem me dar conta, posteriormente com mais consciência, mas eu posso dizer que sou padre nascido e criado nas terras férteis do Vaticano II.

Em 1968 fui para o seminário maior cursar filosofia. Nesse ano aconteceu a Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín, onde houve a releitura dos documentos do Concílio, a partir do contexto de dependência e do desejo de libertação. Foram anos muito ricos, aqueles! Cursei filosofia e depois teologia respirando esses ares. Os documentos do Concílio e os de Medellín eram estudados e citados em quase todas as aulas, reuniões e encontros de reflexão.



Como padre, continuei estudando os documentos do Concílio, principalmente aqueles mais relacionados ao meu trabalho. Desta forma, pude conhecer com mais profundidade a Constituição sobre a Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, a Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*, a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje, *Gaudium et Spes*, o Decreto sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros, *Presbyterorum Ordinis*, o Decreto sobre Ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*, o Decreto sobre a Formação Sacerdotal, *Optatum Totius*, o Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja, *Ad Gentes*, o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, *Apostolicam Actuositatem*, o decreto sobre as Igrejas Orientais, *Orientalium Ecclesiarum*, a Declaração sobre a Liberdade Religiosa, *Dignitatis Humanae*, e nos últimos tempos tenho lido com mais atenção o Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, *Christus Dominus*.

O Concílio para mim é ponto obrigatório de referência para todos nós. Nele, procuro inspirar minha vida espiritual e meu projetos pastorais. Sinto que na Igreja, hoje, em nome do Concílio, alguns querem dar uma “freada” na caminhada que com ele se iniciou, mas sinto também que as conquistas feitas são irreversíveis e que por graça e pela força do Espírito Santo a caminhada não vai parar.

## O que a CNBB representa no meu ministério episcopal

Neste ano a CNBB está completando 50 anos de atividades. Eu comecei a ter consciência de sua existência a partir de 1968, quando entrei no seminário maior. Nesse ano aconteceu a 2ª Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín. Nesse ano também, a ditadura brasileira recrudescer seus métodos de repressão contra seus opositores. A CNBB aparece então como grande defensora dos perseguidos e do povo brasileiro em geral.

Hoje faço parte da CNBB. Já colaborava com ela, na Dimensão litúrgica, quando era padre. Atualmente, além de participar da Equipe Nacional de Reflexão Litúrgica, juntamente com outros bispos tenho participado, em nome da CNBB, de encontros ecumênicos promovidos pela Comissão Bilateral da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. A partir da última Assembléia fui também escolhido para representar a Região Sul na Comissão Episcopal para o Programa “Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome”.

Para mim a CNBB é aquilo que ela, em seus estatutos, diz de si mesma: um espaço de encontro e diálogo entre os Bispos brasileiros. Nela podemos



crescer na comunhão entre nós e aprofundar nosso afeto colegial, pois, principalmente através das assembleias, crescemos no conhecimento mútuo e na confiança recíproca.

Meu desejo e minha prece é para que Deus continue abençoando nossa Conferência Episcopal a fim de continuar sua gloriosa trajetória, servindo o nosso povo, principalmente os mais fracos e desvalidos, contribuindo, desta forma, para que a glória de Deus se manifeste e resplandeça sempre mais.

Chapecó, 20/05/02

## ENQUADROS Teológicos

*Para que um concílio ecumênico, isto é, totalidade da Igreja, se torne vida nas diferentes Igrejas locais, não basta a decisão jurídica da autoridade competente, seja ela o Papa ou o conjunto do episcopado. Como implica uma apropriação kerigmática, teológica e prática supõe um processo de assimilação metabólica, o que se convencionou chamar de 'recepção'. A recepção é, antes de tudo, um ato eclesial, que engloba quatro fatores principais: duração no tempo, enraizamento num espaço determinado, atores concretos no seio de uma comunidade e, o mais importante, um objeto em causa - as proposições de um evento codificadas nos diferentes documentos. Enquanto ato eclesial, o autor apresenta algumas considerações semânticas em torno à noção de 'recepção' e umas coordenadas teológicas, pondo em relevo seu caráter de metanoia e comunhão, em estreita relação com o sensus fidei. Enquanto processo, o autor aborda cada um dos quatro aspectos mencionados, explicitando a complexidade do fenômeno, especialmente na medida em que o Concílio Vaticano desloca a nota da catolicidade para a Igreja local, pois amplia as possibilidades de uma 'recepção criativa'.*

## O processo de recepção de um Concílio na Igreja: Conceituação teológica e operacional

Pe. Agenor Brighenti\*

\* Doutor em Ciências teológicas e Religiosas pela Universidade de Lovaina, atualmente professor de Teologia Sistemática no Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC) e de Teologia Pastoral na Universidad Pontificia de México (UPM).